



Território Encontro das Águas

MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL

PODER EXECUTIVO

Av. Brasil, 883 – Telefax (044) 3310-1208 – Cx. P. 01

CNPJ: 75.458.836/0001-33

www.itaunadosul.pr.gov.br – email: administracao@itaunadosul.pr.gov.br

CEP. 87980-000 --- ITAÚNA DO SUL.

===== ESTADO DO PARANÁ =====

PROJETO DE LEI Nº 005/2026

Estabelece normas municipais para implementação da arrecadação de bens vagos no Município de Itaúna do Sul, nos termos dos artigos 1275 e 1276 do Código Civil e do artigo 64 da Lei Federal 13.465/2017 e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, apresenta ao Poder Legislativo o seguinte **PROJETO DE LEI**:

Art. 1º O procedimento para arrecadação de bens vagos no Município de Itaúna do Sul será regido por esta Lei, em conformidade com o § 2º do art. 64 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e com os arts. 1.275 e 1.276 do Código Civil, aplicando-se, nos casos omissos, as disposições do próprio Código Civil.

Art. 2º Os bens imóveis urbanos privados e abandonados, cujos proprietários não tenham a intenção de conservá-los em seu patrimônio, ficam sujeitos à arrecadação pelo Município de Itaúna do Sul, na condição de bem vago.

Art. 3º Ocorrerá a arrecadação quando verificadas, conjuntamente, as seguintes hipóteses:

I – cessação dos atos de posse pelo proprietário, revelando ausência de intenção de conservar o imóvel em seu patrimônio;

II – o imóvel encontrar-se em estado de abandono; e

III – o imóvel não se encontrar na posse de outrem.

Parágrafo único. A intenção de abandono será presumida quando, cessados os atos de posse, o proprietário deixar de satisfazer os ônus fiscais relativos ao IPTU por 5 (cinco) anos, nos termos do art. 64 da Lei nº 13.465/2017.

Art. 4º A Procuradoria Jurídica do Município providenciará a autuação de processo administrativo para tratar da arrecadação, de ofício ou mediante denúncia.

§ 1º A fiscalização municipal realizará relatório circunstanciado, descrevendo as condições do imóvel, seu estado de abandono e eventuais riscos à saúde ou segurança, podendo lavrar autos de infração às posturas municipais.

Gilson



Território Encontro das Águas

MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL

PODER EXECUTIVO

Av. Brasil, 883 – Telefax (044) 3310-1208 – Cx. P. 01

CNPJ: 75.458.836/0001-33

www.itaunadosul.pr.gov.br – email: administracao@itaunadosul.pr.gov.br

CEP. 87980-000 --- ITAÚNA DO SUL.

===== ESTADO DO PARANÁ =====

§ 2º O processo administrativo será instruído com, no mínimo:

- I – requerimento ou denúncia que motivou a instauração do procedimento, quando houver;
- II – certidão imobiliária atualizada;
- III – prova do estado de abandono, mediante fatos, circunstâncias e registros fotográficos;
- IV – termo declaratório dos confinantes, quando possível;
- V – certidão positiva de ônus fiscais relativos ao imóvel;
- VI – memorial descritivo atualizado do bem, contendo sua individualização.

Art. 5º Atendidas as diligências previstas no art. 4º e constatadas as hipóteses mencionadas no art. 3º, o titular do domínio será notificado para apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento da notificação.

Art. 6º Transcorrido o prazo sem manifestação do titular do domínio, presume-se sua concordância com a arrecadação.

Art. 7º Será publicado no órgão oficial do Município decreto declarando o bem vago por abandono e autorizando a arrecadação do imóvel.

Art. 8º Na hipótese de o proprietário reivindicar a posse do imóvel declarado abandonado, no transcorrer do triênio previsto no art. 1.276 do Código Civil, a retomada ficará condicionada ao:

- I – pagamento integral dos tributos, taxas, juros, multas, custas, emolumentos processuais, honorários advocatícios e demais encargos legais incidentes sobre o imóvel;
- II – ressarcimento prévio de todas as despesas realizadas pelo Município em razão da posse provisória;
- III – apresentação de plano de revitalização e ocupação do imóvel, a ser executado no prazo máximo de 12 (doze) meses.

Parágrafo único. O Município poderá admitir parcelamento dos débitos, conforme disciplina própria da Fazenda Municipal, observado que a retomada da posse somente ocorrerá após a quitação integral da última parcela.

Gilson



Território Encontro das Águas

MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL

PODER EXECUTIVO

Av. Brasil, 883 – Telefax (044) 3310-1208 – Cx. P. 01

CNPJ: 75.458.836/0001-33

www.itaunadosul.pr.gov.br – email: administracao@itaunadosul.pr.gov.br

CEP. 87980-000 --- ITAÚNA DO SUL.

===== ESTADO DO PARANÁ =====

Art. 9º Decorridos 3 (três) anos da data da publicação do decreto de arrecadação, sem manifestação do titular do domínio, o bem passará à propriedade do Município, na forma do art. 1.276 do Código Civil.

Art. 10. A Procuradoria Jurídica do Município adotará as medidas necessárias para formalizar a transferência da propriedade perante o Registro de Imóveis competente.

Art. 11. O Município poderá realizar, diretamente ou por meio de terceiros, os investimentos necessários para que o imóvel arrecadado atinja prontamente os objetivos sociais a que se destina.

§ 1º Os imóveis arrecadados poderão ser destinados a:

I – programas habitacionais;

II – prestação de serviços públicos;

III – projetos de regularização fundiária de interesse social (Reurb);

IV – concessão de direito real de uso a entidades civis com fins filantrópicos, assistenciais, educativos, esportivos ou outros de relevante interesse público.

§ 2º Enquanto não definida a destinação, a Secretaria Municipal responsável pela área de obras ficará encarregada da conservação e vigilância do bem.

§ 3º Quando o zoneamento impedir a destinação prevista no § 1º, o órgão técnico municipal poderá propor sua revisão ao Conselho Municipal competente.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna do Sul, 23 de janeiro de 2026.


GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito



Território Encontro das Águas

MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL

PODER EXECUTIVO

Av. Brasil, 883 – Telefax (044) 3310-1208 – Cx. P. 01

CNPJ: 75.458.836/0001-33

www.itaunadosul.pr.gov.br – email: administracao@itaunadosul.pr.gov.br

CEP. 87980-000 --- ITAÚNA DO SUL.

===== ESTADO DO PARANÁ =====

MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE LEI

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos (as) Senhoras e Senhores Vereadores

Ao cumprimentá-los cordialmente, valho-me do presente para encaminhar a essa estimada Casa Legislativa o Projeto de Lei que estabelece normas municipais para implementação da arrecadação de bens vagos no Município de Itaúna do Sul, em conformidade com o disposto no § 2º do art. 64 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e dá outras providências.

A presente proposição visa regulamentar, no âmbito do Município de Itaúna do Sul, o procedimento de arrecadação de imóveis urbanos privados abandonados, cujos proprietários não demonstrem mais intenção de conservá-los em seu patrimônio. A ausência de posse, o abandono e a inadimplência fiscal prolongada são critérios objetivos que indicam a vacância do bem, conforme previsto na legislação federal.

Trata-se de uma medida que atende ao interesse público, tendo em vista que imóveis abandonados frequentemente se tornam focos de insegurança, insalubridade e desvalorização urbana. Com a arrecadação, o Município poderá destinar tais bens a programas habitacionais, serviços públicos, projetos de regularização fundiária ou concessão para entidades de relevante interesse social, promovendo a função social da propriedade.

A proposta estabelece de forma clara os requisitos para instauração do procedimento administrativo, assegura o contraditório e a ampla defesa ao proprietário, e define as condições para a possível restituição do bem, caso reivindicado dentro do prazo legal.

Ademais, o projeto traz previsões específicas quanto à regulamentação do parcelamento dos débitos fiscais vinculados aos imóveis, respeitando o devido processo legal e as normas do direito municipal. Com esta iniciativa, o Poder Executivo busca atender a demanda por ordenamento urbano, justiça social e aproveitamento racional do solo urbano, em consonância com os princípios constitucionais da função social da propriedade e da gestão democrática das cidades.

Neste sentido, solicito a esta Casa que reconheça a importância deste Projeto de Lei e delibere favoravelmente à sua aprovação.

Itaúna do Sul, 23 de janeiro de 2026.


GILSON JOSÉ DE GÓIS

Prefeito